

EDITORIAL:

Este número da revista Gênero e Direito foi editado conjuntamente pela Dra Denise Regina Quaresma da Silva, Bolsista de Produtividade do CNPq- CA Educação. Pós Doutora em Estudos de Gênero, Pesquisadora e professora do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade La salle Canoas/RS e pelo Editor Associado da Revista Gênero e Direito Ms Filipe Lins dos Santos.

A Revista Gênero & Direito (G&D) integra o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Direito do Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Paraíba (UFPB) - Brasil, sendo indexada nos seguintes repositórios: Diadorim, Latindex, E-revist@s, Qualis CAPES, SEER, EZ3, DOAJ, DRJI, OASISBR, Cross Ref, Cross Check, Advanced Index, Cite Factor, Biblioteke Virtual, Infobase Index, La Referencia, RCAAP, REDIB, Buscador Coruja, Blook e Publyx.

Embora a educação em direitos humanos tenha por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e se pautar nas diretrizes dos planos nacionais de educação em direitos humanos (PNEDH), no atual contexto (neo)liberal os direitos políticos sobrepõem-se aos direitos sociais, ocasionando constantes violações dos direitos mais elementares dos seres humanos. A escola, instituição em que se espera que seja um espaço de promoção e garantia de cidadania, não raro acaba se configurando como um lugar privilegiado para a reprodução de discursos estigmatizantes que acabam por perpetuar uma série de violências e opressão.

No Brasil, particularmente, no campo da Educação e dos direitos humanos dá-se uma disputa por quais conhecimentos são válidos para serem ensinados nas escolas, tanto que recentemente houve a retirada das questões de gênero e sexualidade do documento final do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) após pressão das bancadas mais conservadoras do Congresso Nacional. Este texto almejava refletir como gênero e sexualidade integram e compõem disputas em torno dos chamados Direitos Humanos, reflexão esta indispensável quando o que se pretende é promover direitos humanos no âmbito da educação.

Outro entrave que ressurgiu para a escola ser um espaço plural e para todos, nestes tempos reacionários que vivemos, é a disputa de poder em torno do que se ensina nas escolas com a implementação do PROJETO DE LEI N.º 867, de 2015, mais conhecido como “Escola sem Partido”. O referido projeto visa proibir nas escolas disciplinas sobre gênero e orientação sexual, desconsiderando de forma explícita o papel da escola em estimular o debate e o pensamento crítico dos alunos e discutir temas essenciais para a formação integral dos educandos (Quaresma da Silva, 2012; 2016). O referido projeto tramita no Congresso Nacional e tem suscitado debates acalorados, pois desde 2014 vem sendo apresentados nas câmaras legislativas do país projetos baseados no Movimento Escola sem Partido, criado por Miguel Nagib em 2004.

Nessa assertiva, estes tempos reacionários demandam uma nova ordem social pautada em uma perspectiva axiológica que preze a igualdade, a liberdade e solidariedade, bem como todos os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se encontra a base de uma sociedade democrática. Torna-se urgente o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos que seja capaz de transformar práticas de convivência, práticas sociais e políticas, onde se dê voz e força aos grupos excluídos, para que esses sejam sujeitos de sua própria história (CANDAU; SACAVINO, 2000).

Todos os movimentos sociais, bem como todas as lutas pelo reconhecimento dos direitos daqueles que, historicamente, tiveram menos poder na sociedade e por conseguinte pouco participaram dos processos de decisões sobre interesses coletivos, estão intimamente ligados à luta pela concretização de uma cultura dos direitos humanos.

A educação em direitos humanos nesse sentido, deve empoderar grupos minoritários. Assim, neste número temático, buscamos refletir sobre a importância do trabalho com questões de gênero e direitos humanos na Educação em sua interlocução com os campos da Saúde, da Psicologia e dos Direitos Humanos, apresentando reflexões teóricas e teórico-práticas oriundas de nossas inserções como docentes implicados/as com a temática do dossiê.

Editor@s

Denise Regina Quaresma da Silva

Filipe Lins dos Santos

Referências Bibliográficas

BRASIL, 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em 01 de ago. 2018.

CANDAU, V. M. A Configuração de uma Educação em Direitos Humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

QUARESMA DA SILVA, Denise R. La producción de lo normal y lo anormal: un estudio sobre creencias de género y sexualidad entre docentes de escuelas municipales de Novo Hamburgo/Brasil. *Subjetividad y procesos cognitivos* 16 (1). 2012. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-73102012000100008

QUARESMA DA SILVA, Denise R. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. *rev.estud.soc.*, Bogotá, n. 57, p. 78-88, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.7440/res57.2016.06>.

SACAVINO, S. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Orgs.). *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 36-48.